

MEMÓRIAS

GEORGE W. BUSH, *DECISION POINTS*

St Ives, Virgin Books, 2010, 497 pp.

As memórias de George W. Bush são a narração do exercício do poder em função dos momentos mais importantes por si escolhidos. Este desenho do livro pressupõe uma subjectividade dos capítulos tratados de acordo com um fio condutor: mostrar aos leitores que o antigo Presidente dos Estados Unidos deu sempre tudo pelo país, procurou racionalizar todas as decisões que tomou, ouvindo opiniões, estudando informação, maturando o processo de decisão, mas sempre bafejado pela divina bênção de Cristo. *Decision Points* não tem propriamente um argumento sólido, mas dá-nos um fio condutor do princípio ao fim: só a fé ilumina o difícil caminho da política. Bush faz questão de repetidamente lembrar os leitores que as suas manhãs começavam invariavelmente pela leitura da Bíblia.

A maior parte dos capítulos não traz novidades ao que a literatura já havia mostrado nos últimos anos. As tensões entre departamentos (Pentágono, Departamento de

Estado, etc.) e pessoas – embora Bush não carregue muito nelas –, a complexidade da cadeia humana no processo de decisão americano, as debilidades das intervenções no Afeganistão e Iraque, o falhanço na gestão do Katrina, a idealista (e assumida por Bush) agenda da liberdade, a influência de Dick Cheney na Administração e o recurso recorrente ao conselho de Bush pai. No plano transatlântico, fica claro, por exemplo, que Bush assume como unilaterais as intervenções no Afeganistão e no Iraque e que é a partir desse ângulo que os aliados se colocam e esgrimmem argumentos. Não é um dado inteiramente novo, mas tem a virtude de ser assumido pelo próprio decisor político.

Quem quiser encontrar novas pistas para analisar a última década, não é em *Decision Points* que o fará. Estas memórias são a visão benigna das acções de um Presidente que lidou com o 11 de Setembro, duas guerras simultâneas, o maior desastre natural nos Estados Unidos e o início da maior crise financeira dos últimos oitenta anos. Foram oito anos intensos, como prova o ritmo com que são descritas as grandes decisões. Anos em que Bush tentou fazer o melhor. Mas sempre com o *almighty* por perto.

DONALD RUMSFELD, KNOWN AND UNKNOWN: A MEMOIR

Nova York, Sentinel, 2011, 815 pp.

As memórias do mais novo e também mais velho norte-americano a ocupar a chefia do Pentágono estão repletas de uma das piores características que assombam o sucesso: a arrogância. Donald Rumsfeld começa o livro por contar o enredo histórico que o levou a apertar a mão a Saddam Hussein em 1983 e é precisamente o Iraque que mais páginas preenche: dois terços são dedicados ao tempo em que Rumsfeld serviu George W. Bush. O resto conta o seu percurso de sucesso como estudante, militar, gestor, embaixador na NATO, chefe de gabinete e secretário da Defesa de Gerald Ford, conselheiro de Nixon e de Reagan. Tudo com alguma minúcia e interesse. No entanto, no que toca aos anos em que serviu Bush (filho), há dois traços que percorrem a narrativa: por um lado, a tentativa de culpabilizar a falta de coordenação interagências de informação, bem como o próprio modelo de organização da Administração; por outro, a tentativa de, sem recorrer ao arrependimento, justificar alguns dos pontos quentes da invasão do Iraque – o principal dossiê do seu mandato – com erros de terceiros.

Poupando Dick Cheney, Rumsfeld é muito directo na «moleza» de Colin Powell e na falta de organização e experiência política da então conselheira de segurança nacional Condoleezza Rice, alguém a quem Rumsfeld atribui uma influência sem paralelo nas decisões do Presidente Bush. Estas memórias, não tendo um propósito de

contribuir para o entendimento das relações internacionais e, em particular, da parceira transatlântica, são um documento sem grande brilho para auxiliar esses ângulos de análise. Servem, acima de tudo, tal como a esmagadora maioria das memórias de membros da Administração Bush publicadas depois da Guerra do Iraque, para revelar o ponto de vista do autor, a sua bem-intencionada acção nos sucessos e a sua ultrapassagem por outros quando os finais não são tão bem-sucedidos. *Known and Unknown* é um testemunho muito pessoal de um dos mais influentes políticos americanos das últimas quatro décadas sobre o complexo processo de decisão norte-americano: a sua orgânica, a interdependência departamental, o espaço concedido às relações pessoais, o peso da dinâmica histórica. É, sobre este ângulo, um livro com interesse.

TONY BLAIR, A JOURNEY

Londres, Hutchinson, 2010, 717 pp.

Como Derek Chollet e James Goldgeier tão bem demonstraram (*American Between the Wars*) e Gideon Rachman estendeu até aos nossos dias (*Zero-Sum World*), o mundo viveu numa euforia liberal e democrática contagiosa posterior à Guerra Fria – marcada por Bill Clinton – e entrou num período pós-traumático com o 11 de Setembro – marcado por George W. Bush. Tony Blair foi talvez o único líder mundial que mais de perto acompanhou esta transição política e psicológica com epicentro em Washington. Só por isso, as memórias do antigo primeiro-ministro britânico têm um

especial interesse, uma vez que percorrem períodos sucessivos, contemporâneos, onde Londres passou a desempenhar um papel progressivamente assumido como estratégico e essencial aos seus interesses: perto de Washington, próximo de Bruxelas.

A primeira metade do livro remete-nos para a formação do New Labour, para o contributo dado por um conjunto de jovens turcos marcados mais pela vivência de *middle class* do que por imperativos filosóficos que os afastaram da ortodoxia do Old Labour. Aliás, não é visível uma grande admiração de Blair por figuras do passado trabalhista. As suas referências estão em David Lloyd George, Roy Jenkins, John Maynard Keynes, William Gladstone e, sem exagerar, a própria Thatcher, mais pelo que lhe deixou feito do que por um qualquer mimetismo.

A segunda metade é profundamente condicionada pelos ataques de 11 de Setembro. Aqui emerge o messias, o crente, o aliado, o garante da civilização ocidental. São descritos os méritos das intervenções no Afeganistão e no Iraque, o alcance da «agenda pela liberdade» partilhada com Bush e é nesta fase do livro que a alteração da sua imagem política é mais visível. Blair passa de um político com forte linhagem no pragmatismo, para um líder internacional com pretensões a deixar um legado. É um livro com deixas contraditórias de acordo, aliás, com o seu autor. O seu denso testemunho, não sendo particularmente uma novidade bibliográfica, tem a importância que lhe dá o facto de ter sido escrito pelo primeiro-ministro trabalhista com mais anos no cargo em toda a história britânica. Não é coisa pouca.

**DICK CHENEY, IN MY TIME:
A PERSONAL AND POLITICAL MEMOIR**

Nova York, Threshold Editions, 2011, 565 pp.

Que dizer de um livro que Condoleezza Rice (que entretanto lançou as suas memórias – *No Higher Honor: A Memory of My Years in Washington*) considera «um ataque à sua integridade» ou que Colin Powell profundamente contestou assim que foi posto à venda? Dick Cheney teve uma importância na Administração Bush que o cargo de Vice-Presidente não lhe conferia à partida. A sua história política deu-lhe um poder no processo de decisão incomparável na trajetória do cargo, algo que George W. Bush nunca rejeitou. Este facto percorre todo o livro: Cheney era praticamente um co-decisor e isso deu-lhe margem para conflitualidades permanentes no interior da Administração.

Os primeiros capítulos do livro descrevem a sua ascensão profissional e acabam por ser uma forma de humanizar o seu perfil público, descrito na imprensa e opinião pública da última década como um autêntico Darth Vader, entre muitos outros mimos. Na segunda metade do livro, Cheney dedica-se ao desempenho da sua vice-presidência, à formulação da «guerra ao terror», ao desenho do domínio da liberdade para o Médio Oriente, à defesa de certas práticas de interrogatório na guerra global contra o terrorismo, à luta pelo protagonismo de certas linhas de argumentação na complexa cadeia de decisão da Casa Branca. Aqui são evidentes as clivagens com Condi Rice e Colin Powell – que empurrou para a saída – em momentos que vão da gestão do nuclear norte-

-coreano, à surge no Iraque. Há uma constante *policy battle* nos corredores da Administração e Cheney, honra lhe seja feita, não foge ao assunto.

No plano das relações internacionais, em particular transatlânticas, *In My Time* percorre com pinceladas o papel da diplomacia nos momentos-chave descritos. Mas este não é um contributo a reter. Se qui-

sermos perceber qual o ângulo com que é escrita esta e outras memórias recentemente publicadas, devemos baixar a expectativa quanto a isso. Elas servem sobretudo para melhorar a imagem pública dos seus autores e revelar um pouco mais do complexo processo de decisão norte-americano.

■ BERNARDO PIRES DE LIMA

HISTÓRIA INTERNACIONAL

**CHRISTIAN NUENLIST, ANNA LOCHER E GARRET MARTIN (EDS.),
GLOBALIZING DE GAULLE.
INTERNATIONAL PERSPECTIVES ON
FRENCH FOREIGN POLICY, 1958-1969**

Plymouth, Lexington Books, 2010, 318 pp.

O principal objectivo deste trabalho é fazer uma reavaliação da política externa do general Charles de Gaulle. Para tal, os editores reuniram um grupo de investigadores que exploraram novos fundos arquivísticos, o que resultou em trabalhos pela primeira vez publicados em inglês (fontes da Argentina, China, Israel, entre outros).

O livro está dividido pelas regiões de actuação da política externa da V República, segundo uma hierarquização dos interesses franceses no sistema internacional: em primeiro lugar, a Europa, com capítulos sobre as relações franco-alemãs, centrais no início da década de 1960, a aproximação franco-soviética, que surpreendeu muitos dos aliados ocidentais, e um outro, da autoria de Piers Ludlow, que se debruça sobre a política europeia de De Gaulle. De seguida,

passa para a dimensão transatlântica, com a análise das complexas relações da França com os Estados Unidos e com a Grã-Bretanha e também da participação francesa na NATO, em particular a sua saída das estruturas da organização em 1966. Os capítulos seguintes focam-se na região asiática: o reconhecimento diplomático francês da República Popular da China, a intervenção norte-americana no Vietname e a tentativa secreta de De Gaulle de negociar a paz na segunda metade da década de 1960. Por fim, é tratado o continente africano e o continente latino-americano, com análises relativas à questão colonial, nomeadamente a independência da Argélia e os conflitos na África Subsariana.

A conclusão tenta confirmar a existência de uma grande estratégia gaulista ao nível da política externa francesa. Segundo Garret Martin, essa grande estratégia assentava na recuperação da França como uma grande potência e na superação da Guerra Fria na Europa, com a constituição de um sistema de segurança continental.

Através da leitura deste livro podemos ter uma visão de contexto da política externa gaulista, um tópico tão interessante quanto

debatido na historiografia internacional. Particularmente interessante é a perspectiva que nos concede em termos de distribuição dos interesses da política externa francesa durante os dez anos de presidência de De Gaulle, que iam desde a Europa, que ocupava claramente uma posição central, até à América Latina e o culto que a personalidade do general aí conquistou.

**PAMELA RADCLIFF, MAKING
DEMOCRATIC CITIZENS IN SPAIN. CIVIL
SOCIETY AND THE POPULAR ORIGINS
OF THE TRANSITION, 1960-1978**

Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2011, 416 pp.

Pamela Radcliff é uma especialista na Espanha contemporânea, em particular nos temas da transição democrática, género e sociedade civil. A obra que aqui se apresenta debruça-se sobre a constituição de uma sociedade civil na Espanha franquista de meados dos anos 1960, com particular destaque para o papel das mulheres dentro desse movimento associativo. Segundo Radcliff, a sociedade civil terá sido determinante para o tipo de transição democrática experienciada pelo país e que culminou com a aprovação da Constituição em 1978.

Este livro tem na sua base uma longa pesquisa nos arquivos espanhóis. A sua organização espelha os diferentes pontos focados pela historiadora norte-americana: a apreciação teórica de sociedade civil em regimes ditatoriais, a contextualização histórica do movimento associativista espanhol nas décadas de 1940 e 1950, e, por fim, a análise das associações existentes em Espanha a partir de meados da década de 1960 onde é feita uma abordagem mais

detalhada às questões de género e o impacto que tiveram nas próprias associações.

A autora compara dois tipos de associações: por um lado, as associações de família, criadas pelo *Movimiento* franquista, e que estavam divididas por género e «função na sociedade»; por outro lado, as associações de vizinhos, constituídas a partir da Lei de Associações de 1964, que estavam abertas a homens e mulheres. Pelas suas características, estes dois tipos de associações são comparáveis ao nível da sua dispersão no território nacional, mas tornam-se particularmente interessantes por terem origens distintas mas objectivos muito semelhantes. Se, por emanarem do *Movimiento*, as associações de família parecerem menos autónomas, a verdade é que o próprio regime não tinha a capacidade para exercer o desejado controlo vertical, acabando estas organizações por terem um amplo espaço de manobra. O objectivo comum destes dois tipos de associação é o aumento da participação popular nas políticas públicas. Apesar de nem sempre haver uma posição consciente contra o regime, a verdade é que, pelas suas práticas, estas associações fomentaram o desenvolvimento de uma cultura e de uma cidadania democrática. Horizontalmente, nos esforços que eram feitos para estreitar as ligações no seio da associação e da comunidade e, por vezes, na realização de eleições democráticas no seio de cada organização, e verticalmente, ao reforçar os elos da cidadania, comunicando os desejos dos cidadãos ao Estado, nomeadamente através de petições apresentadas. No longo prazo, estes hábitos associativos deram um precioso treino democrático aos cidadãos espanhóis que deles faziam parte.

Segundo a autora, os verdadeiros impactos que estes movimentos associativos tiveram na democratização espanhola apenas podem ser observados com uma análise no longo prazo, daí que Radcliff tenha escolhido um período alargado (1960-1978). Também o impacto que tiveram na Constituição leva a que afirme que foi em 1978 que terminou a transição democrática espanhola, no ponto de vista particular da participação da sociedade civil.

**MARIO DEL PERO, VICTOR GAVÍN,
FERNANDO GUIRAO E ANTONIO
VARSORI, DEMOCRAZIE. L'EUROPA
MERIDIONALE E LA FINE DELLE
DITTATURE**

Milão, Mondadori Education, 2010, 292 pp.

Este livro compara os processos de transição para a democracia da Grécia (da autoria de António Varsori), de Portugal (Mário del Pero) e de Espanha (Victor Gavín e Fernando Guirao) – os três países do Sul da Europa que iniciaram os seus processos de democratização em meados dos anos 1970. Apesar de este ser um tema frequentemente estudado, tanto na sua dimensão doméstica como externa, o propósito dos quatro autores é comparar os diferentes processos nestes países dando particular atenção à dimensão externa. Para tal, partem do princípio que a Grécia, Portugal e a Espanha tiveram três elementos comuns importantes para a forma e ritmo dos respectivos processos de transição. Todos os países foram integrados no sistema Atlântico Ocidental, quer através da participação na NATO (Portugal e Grécia) ou por acordo bilateral com os Estados Unidos, no caso

da Espanha; os três encontravam-se, à data da transição democrática, em níveis semelhantes de desenvolvimento económico, consideravelmente atrasados relativamente à média da Europa Ocidental; e para todos os países em análise, a Europa representava um importante parceiro comercial e financeiro. Ao que se acrescenta a importância do contexto internacional. Os autores concordam que os factores endógenos foram a principal causa para o fim dos regimes autoritários da Europa do Sul, mas realçam também que os elementos externos foram determinantes para a instauração da democracia, em particular em Portugal e na Grécia, onde a situação doméstica tendeu para a radicalização e para a polarização política. Nestes dois países, segundo os autores, a dimensão externa «determinou a forma e o ritmo da transição».

Este livro consiste em três capítulos abrangentes sobre cada um dos países analisados, baseados todos em fontes primárias e na mais recente bibliografia acerca de cada tópico. Um dos aspectos realçados por esta obra é o facto de que os principais actores da intervenção europeia nestes processos de democratização foram não só os governos europeus, mas especialmente os partidos políticos, quer os social-democratas (liderados pelo Partido Social-Democrata alemão, em particular no caso de Portugal e da Espanha) quer os conservadores franceses, no caso da Grécia. No entanto, também as instituições europeias desempenharam um importante papel, condicionando o desenvolvimento político de cada um destes países. O envolvimento europeu nos processos de democratização da Europa

do Sul representou um importante passo na sua crescente autonomia dentro do bloco ocidental, ao mesmo tempo que permitiu o segundo alargamento e facilitou a assunção da Europa Ocidental como uma comunidade integrada.

BERND ROTHER (ED.), WILLY BRANDT. NEUE FRAGEN, NEUE ERKENNTNISSE

Bona, Verlag J. H. W. Dietz, 2011, 335 pp.

Esta colecção de textos sobre Willy Brandt é o resultado de uma conferência organizada em Março de 2010 na Fundação Willy Brandt, em Berlim, com o objectivo de reavaliar a política e o papel de Willy Brandt e fazer um balanço da historiografia sobre o chanceler e líder do Partido Social-Democrata alemão (SPD). Mas começemos pelo fim. A conferência de encerramento deste evento, da autoria de Martin Sabrow, dá o mote a todo o livro: a ligação entre o género biográfico e a história contemporânea, tendo como base o exemplo de Willy Brandt. Na realidade, a biografia de Brandt, pela sua extraordinária participação na vida política da Alemanha do século XX, é inseparável de alguns dos principais momentos da história recente do país, nomeadamente no período em que ocupou alguns dos principais cargos políticos da RFA: foi chanceler entre 1969 e 1974, tinha sido já ministro dos Negócios Estrangeiros desde 1966 e fora, entre 1957-1966, burgomestre de Berlim Ocidental, vivendo directamente os principais momentos de tensão da construção do Muro de Berlim e da divisão da cidade.

O volume está organizado em quatro gran-

des secções. A primeira centra-se na imagem de Willy Brandt, quer durante a sua vida activa, na República Federal e na República Democrática Alemã, quer na memória contemporânea. Segue-se uma secção acerca da política externa e intra-alemã de Brandt, que ficou profundamente marcada por três dimensões: a *Ostpolitik*, a unificação europeia e a *détente*. Em terceiro lugar, uma dimensão menos trabalhada na historiografia internacional, mas que é determinante para a própria Alemanha: a política interna dos governos de Brandt (1969-1974), que ficaram marcados por um aprofundamento da democratização da sociedade alemã, pela modernização da vida política e pelas políticas sociais seguidas pela coligação SPD-Liberais. Por fim, uma secção dedicada à vida de Brandt após a sua demissão do cargo de chanceler, em Maio de 1974, muito adequadamente intitulada «Homem de Estado sem cargo» (*Staatsmann ohne Staatsamt*). Nesta quarta secção é analisado o papel de Willy Brandt na liderança da Internacional Socialista, o seu compromisso com a Comissão Norte-Sul (1977-1983) e o seu papel na unificação alemã e europeia que marcou o final da Guerra Fria.

Tal como se referiu, este volume é mais do que um conjunto de estudos sobre a vida de Willy Brandt, é uma obra colectiva sobre a história da República Federal da Alemanha, com os mais reputados historiadores a apresentarem a mais recente investigação acerca do assunto, fornecendo-nos uma panorâmica dos principais acontecimentos que marcaram não só a RFA mas também a Europa.

■ ANA MÓNICA FONSECA